

Procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por **tempo indeterminado** na carreira geral de técnico superior, com a categoria de **técnico superior**, para preenchimento de **um posto de trabalho na área de engenharia agrária/florestal (ref.ª A)**, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal e afeto ao Gabinete Técnico Florestal (GTF).

Prova Escrita de Conhecimentos (PEC) – visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício das funções para que são abertos os presentes procedimentos concursais, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo realizada pelo Júri dos procedimentos concursais, com adoção da escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

- A prova tem a duração máxima de 60 (sessenta) minutos, com eventual tolerância até 10 minutos, sendo de realização individual, e é constituída por questões de pergunta direta e eventualmente de escolha múltipla, versando sobre os seguintes temas gerais e específicos relacionados com as exigências da função:

Conhecimentos gerais (com ponderação de 40%):

- Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei Geral do Trabalho em funções públicas;
- Código do Procedimento Administrativo;

- Legislação recomendada:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.
- Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, na sua redação atual.

Conhecimentos específicos (com ponderação de 60%) - temas específicos relacionados com a atividade na área de engenharia agrária/florestal, nomeadamente:

- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e regras de funcionamento;

- Critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

- Regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais;

- Normas técnicas essenciais a considerar no âmbito da elaboração de projetos de arborização e de rearborização, do respetivo processo de análise e decisão, e da sua execução;

- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Nova de Paiva

- Legislação recomendada:

- Dec. Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.



- Dec. Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro.
- Dec. Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual.
- Portaria n.º 15-A/2018, de 12 de janeiro.
- Os Cadernos I e II do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Nova de Paiva encontram-se disponíveis para consulta no sítio da Internet do Município (www.cm-vnpaiva.pt).

Durante a realização da prova apenas será permitida a utilização de legislação, não anotada, não sendo permitida a utilização de qualquer outro tipo de bibliografia.